



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
CURSO DE HUMANIDADES**

JOÃO MATEUS AFONSO

**ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA PROVÍNCIA DE LUANDA – ANGOLA: UM ESTUDO
DE CASO NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO (UAN)**

REDENÇÃO – CE

2020

JOÃO MATEUS AFONSO

**ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA PROVÍNCIA DE LUANDA – ANGOLA: UM ESTUDO
DE CASO NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO (UAN)**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de bacharelado interdisciplinar em ciências humanas do instituto de humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades. Orientadora: Prof.^a. Dra. Janaina Lobo

REDENÇÃO – CE

2020

JOÃO MATEUS AFONSO

**ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA PROVÍNCIA DE LUANDA – ANGOLA: UM ESTUDO
DE CASO NA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO (UAN)**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de bacharelado interdisciplinar em ciências humanas do instituto de humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades. Orientadora: Prof.^a. Dra. Janaina Lobo

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Janaina Campos Lobo (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Lucas Marcelo Tomaz de Souza
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado a respiração da vida e força para chegar até aqui. Muitas dificuldades tive que enfrentar, mas a Sua graça me ajudou. Aos meus familiares, que fizeram de tudo para que este sonho de me formar no exterior se tornasse realidade, apesar das várias dificuldades enfrentadas na época do processo seletivo.

Agradeço à minha orientadora Janaina Lobo, pela motivação e esforço, acredito que este projeto não seria totalmente possível sem a orientação dela. Vários momentos interrompi suas aulas para poder conversar acerca de como o projeto estava a ser desenvolvido. Várias vezes, a preocupação e o medo tomavam conta de mim, mas a Jana sempre dizia: “João, vai dar certo!”.

Agradeço ao meu irmão Pedro, que sempre disponibilizou o seu *notebook* para que eu conseguisse digitar o projeto, já que o meu estragou no processo da escrita. Agradeço também aos meus companheiros de casa e a todos os meus amigos e amigas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste projeto.

Agradeço à Unilab e ao ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mentor deste grande projeto, pela oportunidade e por disponibilizar vagas ao meu querido país, Angola. Somente dessa maneira foi possível realizar esse meu grande sonho: fazer um curso superior. Agradeço à Reitoria, professores, técnicos e a todos/as que têm contribuído para a construção do conhecimento. Também sou grato ao Instituto de Humanidades, à PROGRAD, à coordenação do BHU e a todos/as os/as colaboradores/as da Unilab.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA.....	8
3. PROBLEMA DA PESQUISA	11
4. OBJETIVOS	12
4.1 Objetivo geral.....	12
4.2 Objetivos específicos.....	12
5. METODOLOGIA	13
6. FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
6.1 Ensino Superior no âmbito nacional	11
6.2 A Universidade Agostinho Neto (UAN).....	22
REFERÊNCIAS.....	33

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa propõe uma análise sobre os fatores que dificultam ou facilitam o acesso ao ensino superior na província de Luanda, Angola, capital que ocupa uma área de 18.826 km² e tem cerca de 6.945.386 de habitantes.

A falta de acessibilidade ao ensino superior de jovens e adultos das famílias consideradas com poder aquisitivo baixo tem causado uma grande preocupação. Segundo Angonotícias (2006, p. 1), “[...] hoje só estuda quem tem condições financeiras favoráveis”. Por isso, este trabalho busca identificar possibilidades para a admissão ao ensino superior em Luanda, tendo em vista que a Constituição do país garante que crianças, jovens e adultos, têm o direito ao benefício do acesso à educação.

A Constituição da República de Angola (CRA), no seu artigo nº 21, alínea g), diz que uma das tarefas fundamentais do Estado angolano é “promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino... nos termos definidos por lei” (CRA, 2010, p. 10). Logo, é responsabilidade do Estado promover políticas que possibilitem um amplo acesso ao ensino superior pela população, sendo que a Universidade favorece as economias e a sociedade (MANUEL, 2017).

A falta de acesso ao ensino superior acarreta várias consequências sociais, como o aumento da taxa de criminalidade. Segundo Angonotícias (2006), a juventude recorre à delinquência e a outras práticas perigosas quando o sonho de alcançar o título de doutor fracassa. Então, “[...] num horizonte de oito mil crimes registados, cinco mil e 375 casos foram praticados por jovens” (ANGONOTICIAS, 2006, p. 1). A partir desses dados, este trabalho aborda tanto o problema quanto as possíveis soluções, e toma a província de Luanda como ponto de partida para, posteriormente, fazer considerações de maior alcance.

Os países desenvolvidos investem e priorizam o ensino superior, o que faz com que conheçam um ritmo de desenvolvimento bastante acelerado. Para Nogueira (2009, p. 5), “os chineses têm milhões de quadros nas melhores universidades do mundo a estudar e foi este investimento que os permitiu ter o ritmo de desenvolvimento que têm. O Japão, a Singapura e outros seguiram a mesma política”. Se Angola quer conhecer o ritmo de desenvolvimento, precisa investir em universidades do jeito que esses países fazem.

Luanda é a província que concentra a maior parte da população de Angola. A maioria da população é composta por famílias consideradas de baixa renda, que enfrentam várias dificuldades no acesso ao ensino superior. Ademais, o número de universidades não corresponde à demanda da população de Luanda, o que faz com que muitos jovens e adultos fiquem de fora do ensino superior, um fato que preocupa muito a população, a qual reivindica por seus direitos e pede a construção de mais estabelecimentos de ensino.

Segundo Ditutala (2015, p. 11),

[...] as Instituições de ensino superior públicas respondem a uma necessidade estatal de oferecer formação a baixo custo ou gratuita capaz de responder a um número considerável da população e a camadas socioeconómicas mais baixas. Apesar de recursos dependentes do orçamento de estado e das prioridades traçadas pelo Estado.

O autor apresenta as diretrizes para se colocar em prática o que está na teoria e o modo de expandir o serviço do ensino superior para toda a sociedade, a fim de que a população tenha um amplo acesso. É nesse âmbito que este trabalho está inserido: na análise, problematizações e possibilidades para melhor garantir o acesso ao ensino superior na província de Luanda, tomando a Universidade Agostinho Neto como lócus desta pesquisa.

2. JUSTIFICATIVA

Sempre tive o interesse de escrever sobre o tema de acesso ao ensino superior pelo fato de ter nascido e crescido na província de Luanda. Já tive a experiência de participar de um processo seletivo na Universidade Agostinho Neto e ser reprovado. E, junto comigo, vários jovens e adultos passaram por essa situação e estão fora do ensino superior. A Universidade tem uma grande importância e é resposta para várias situações. Atualmente, “os governos africanos teriam ancorado o seu crédito no ensino superior corporizado essencialmente pelas universidades, na “miragem” de que estas os ajudariam a transformar as suas economias e a melhorar a fortuna dos seus povos [...]” (MANUEL, 2017, p. 9).

Angola tem enfrentado vários problemas de ordem econômica, política e social, os quais resultam em uma população que vivencia dificuldades para satisfazer às suas necessidades, sejam primárias ou secundárias. “A pobreza extrema, as assimetrias regionais persistentes, saúde, saneamento básico entre outras que ainda fazem de Angola um país com um Índice de Desenvolvimento Humano péssimo” (CANGA, 2017, p. 3). Portanto, Luanda não está ausente dessa péssima realidade.

Diante do exposto, a necessidade de dar importância ao ensino superior implica também buscar o desenvolvimento tão desejado pelos países considerados em estado de subdesenvolvimento. Logo, ao conhecer o ritmo de crescimento dos países desenvolvidos, nota-se a importância que eles dão ao ensino superior e ao acesso à educação.

O artigo de João Sebastião Teta, intitulado “Educação Superior em Angola”, apresenta o surgimento do ensino superior, fruto de convulsões político-sociais nos anos 60, e como, no decorrer dos anos, começou a se desenvolver a partir dos Estudos Gerais Universitários (EGU), através do Decreto-Lei nº 44.530, de 21 de agosto de 1962, promulgado pela Administração Portuguesa, até chegar a ser a Universidade Agostinho Neto.

Segundo Teta (2013), nos primeiros anos, a Universidade Agostinho Neto, após a guerra civil (2002), se encontrava apenas em sete províncias do país. Nessa época, constatava-se um grande crescimento no número de estudantes, corpo docente, licenciados, cursos e servidores. Em 1999 começou a funcionar as primeiras universidades privadas do país (TETA, 2013).

De acordo com Teta (2013), de 2002 a 2008 houve um crescimento significativo para a histórica Universidade Agostinho Neto:

de 2001/2002 para 2008: A procura anual pelos cursos ministrados na UAN variou de cerca de 5.000 (cinco mil) para cerca de 70.000 (setenta mil), enquanto que a oferta (*numerus clausus*) anual variou de 856 (oitocentos e cinquenta e seis) para 8.300 (oito mil) vagas; O número de estudantes inscritos num dado ano letivo cresceu de 9.129 para cerca de 54.000 (cinquenta e quatro mil) estudantes; O número de finalistas por ano (graduados e pós-graduados) aumentou de 172 (2001/02) para 2.557 (2007) finalistas, entre mestres, licenciados e bacharéis; O número de cursos cresceu de 31 para 83. [...] graduados e pós-graduados pela UAN foi cerca de 3.000, dos quais 50 mestres (TETA, 2013, p. 3).

O artigo de Paulo de Carvalho, denominado “Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola”, trata da evolução do ensino superior em Angola, desde os Estudos Gerais Universitários de Angola, o seu sistema educativo e acesso, até a transformação em Universidade Agostinho Neto, incluindo o começo de outras universidades públicas e privadas. De acordo com Carvalho, os números de estudantes variaram de acordo com o ano, por exemplo, no período de 1977 a 2002, o número de estudantes do ensino superior aumentou de 1.109 para 12.566, de 2002 a 2011, o número de estudantes aumentou para 140.016, e de 1962 até 2011 o país contou com 17 universidades (7 estatais e 10 privadas), 19 institutos superiores (7 estatais e 12 privados) e duas escolas superiores autónomas. (CARVALHO, 2012).

O artigo do autor Tuca Manuel, “A Universidade como resposta ao crescimento económico – o caso angolano”, apresenta a universidade como resposta a vários problemas que o país enfrenta, trazendo exemplos de países que tiveram um ritmo de crescimento muito elevado por meio da universidade. O autor ratifica a necessidade de o Estado angolano valorizar o ensino superior para poder conhecer um ritmo de crescimento como outros países tiveram.

De acordo com Manuel, as funções da Universidade são: responder materialmente às demandas sociais, para responderem positivamente às necessidades económicas dos Estados, para catapultar as economias e a sociedade, para recuperação dos investimentos, para responder às exigências do crescimento económico, para melhorar a fortuna da população, e para dar solução imediata (MANUEL, 2017).

Teta, Carvalho e Manuel escreveram sobre o ensino superior em Angola, mas nenhum deles procurou dar relevância aos fatores que dificultam ou facilitam o acesso ao ensino

superior. Mediante esses dados, este trabalho é uma forma de contribuir para mais discussão sobre o tema em Angola.

As universidades públicas e privadas começaram a nascer nos anos 90 em Angola (CARVALHO, 2011), mas ainda se constata um grande número de jovens e adultos fora do ensino superior. Segundo Ditutala (2015), com uma população de, aproximadamente, 24,3 milhões de habitantes (INE, 2014), há uma taxa de alfabetismo de quase 76%. Apenas 4% da população possui ensino superior.

A significativa ausência de jovens e adultos fora do ensino superior não é uma questão de hoje. É inaceitável o país ter apenas 4% da população com ensino superior (INE, 2014). Tal fato demonstra a falta de preocupação do governo angolano em resolver as dificuldades que os estudantes costumam enfrentar para conseguir uma vaga em uma universidade.

Vários fatores têm dificultado o acesso de jovens e adultos ao ensino superior, principalmente a questão financeira. O governo criou institutos públicos ou universidades para dar resposta a essa dificuldade.

[...] as Instituição do ensino superior públicas respondem a uma necessidade estatal de oferecer formação a baixo custo ou gratuita capaz de responder a um número considerável da população e a camadas socioeconómicas mais baixas. Apesar de recursos dependentes do orçamento de estado e das prioridades traçadas pelo estado (DITUTALA, 2015, p. 11).

Mas, mesmo com as universidades, instituições e escolas superior públicas criadas em 2009, exceto a UAN (1962) (CARVALHO, 2011), em 2014, apenas 4% da população possuía um diploma de ensino superior (INE, 2014). O governo tem que procurar resolver os fatores que costumam dificultar o acesso, incluindo o aumento do número de vagas nas universidades. Mediante esses dados, apresento sugestões de medidas que podem favorecer o acesso amplo ao ensino superior.

3. PROBLEMA DA PESQUISA

O presente trabalho tem como objetivo identificar os fatores que facilitam ou dificultam o acesso à Universidade Agostinho Neto (UAN), localizada no município do Belas, na província de Luanda.

Luanda é a capital de Angola, é constituída por nove municípios, que são: Cacuaco, Belas, Cazenga, Ícolo e Bengo, Luanda, Quissama, Quilamba Quiaxi, Talatona e Viana, tem uma extensão de 18.826 km² e conta com maior população de 6.945.386 habitantes (INE, 2016). É o principal centro financeiro, comercial e econômico, além de ser considerada uma região metropolitana do país, também conhecida como a cidade mais cara do mundo.

Apesar da província ser a mais populosa e ser o centro econômico e político de Angola, Luanda possui vários problemas políticos, econômicos e sociais. Esse cenário é propício à vivência de várias dificuldades pela população, que passa por necessidades primárias e secundárias. Esses problemas provocam o aumento da taxa de criminalidade, comumente associada ao fato de vários jovens e adultos não terem acesso à educação. Mediante esses dados, procuro conhecer outros fatores que dificultam ou facilitam o acesso ao ensino superior em Luanda, considerando que universidades são dependentes do orçamento do Estado.

As instituições de ensino superior públicas respondem a uma necessidade estatal, que é a oferta de formação a baixo custo ou gratuita e destinada a atender um número considerável da população, incluindo as camadas socioeconômicas mais baixas. Mesmo com esse intento, os recursos dependem do orçamento do Estado e das prioridades traçadas por ele (DITUTALA, 2015, p. 11).

Ainda que existam algumas estratégias direcionadas ao amplo acesso de todos ao ensino superior e à melhoria da sua qualidade de oferta, a questão de investigação deste projeto de pesquisa é a seguinte: por que vários jovens e adultos se encontram fora do ensino superior em Luanda, Angola? Por que há tão poucos jovens angolanos com diploma de ensino superior?

Outros questionamentos são transversais a essa problemática, como: quais são os fatores que viabilizam ou não o acesso ao ensino em Luanda, Angola? Por que os discursos dos políticos sobre o ensino superior não são colocados em prática?

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo identificar os fatores que dificultam ou facilitam o acesso ao ensino superior na província de Luanda, Angola, tomando a Universidade Agostinho Neto (UAN) como lócus desta pesquisa.

4.2 Objetivos específicos

- ❖ Analisar o crescimento das instituições superior na província de Luanda;
- ❖ Descrever os fatores que dificultam ou facilitam o acesso à Universidade Agostinho Neto;
- ❖ Apontar as consequências da falta de acesso ao ensino superior;
- ❖ Sugerir medidas que possam, de certa forma, contribuir para um amplo acesso ao ensino superior em Luanda, Angola.

Ademais, busca-se promover um debate sobre a educação em Luanda, levantando alguns problemas:

- ❖ Aumento de jovens e adultos fora do ensino superior;
- ❖ Aumento da taxa de criminalidade por falta de acesso ao ensino superior.

5. METODOLOGIA

Sendo que o objetivo principal desta pesquisa é discutir os fatores que dificultam ou facilitam o acesso ao ensino superior na província de Luanda, Angola, tomando a Universidade Agostinho Neto como lócus de investigação, a opção metodológica será constituída pela análise qualitativa documental (bibliografia) e, ainda, pela abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Minayo (2002) o conjunto de dados quantitativos, não se opõem, mas se complementam.

Segundo GODOY (1995), a pesquisa qualitativa embora sempre envolva o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, muitas vezes minimiza a importância que os documentos possuem, enquanto uma rica fonte de dados. Assim, a pesquisa qualitativa busca a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo uma margem de segurança em relação às inferências obtidas. A intenção da pesquisa qualitativa não é enumerar os eventos estudados, nem empregar instrumental estatístico na análise dos dados, mas os interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve; obtendo dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, e buscando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos ou dos participantes da situação em estudo (GODOY, p.58, 1995).

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, será importante para a realização desta pesquisa, sendo que por meio dela, será possível reunir um conjunto de informações que servirão de base para a construção da pesquisa, tais como o acesso aos jornais, artigos ou documentos, que abordem sobre o acesso ao ensino superior em Angola. Segundo Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (BOCCATO, p. 266, 2006).

A importância da pesquisa bibliográfica é abrir caminho para possibilitar que outros pesquisadores partam das contribuições pregressas, dessa forma, segundo Lima (2007), a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico é importante na produção do conhecimento científico, pois é capaz de gerar, especialmente em temas pouco

explorados, a postulação de interpretações que servirão de ponto de partida para outras investigações.

A pesquisa bibliográfica será fundamental neste trabalho, dado que a pesquisa sobre o ensino superior em Angola ainda é um tema pouco explorado; com o escrutínio do pouco material disponível será possível alcançar amplas informações: "[...]a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações [...]" (LIMA; MIOTO, p. 40, 2007), logo entende-se que a pesquisa bibliográfica possibilita reunir várias informações para nortear a produção de um trabalho de científico.

Por fim, considero que a pesquisa bibliográfica permitirá ao "pesquisador a realização de um trabalho científico que atenda aos objetivos propostos [...]" (BOCCATO, p. 272, 2006), pois "implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo [...]" (LIMA; MIOTO, p. 38, 2007). Por isso, lançarei mão da pesquisa bibliográfica, em razão de objetivar elucidar fatores que determinam o acesso ou não ao ensino superior em Angola.

Cabe mencionar que esta pesquisa terá como norte o estudo de caso. Segundo Orsolini & Oliveira (s/a), o estudo de caso permite investigar tanto um único caso como vários, e o estudo de um único caso é justificado quando trata-se de caso específico, extremo ou exista a dificuldade de acesso a múltiplos casos. O intuito do estudo de caso é, portanto, explicar de modo profundo os motivos da realidade; e ir além da mera descrição. Ainda de acordo com Orsolini & Oliveira, as vantagens dos estudos de caso são sua capacidade de estimular novas descobertas, a possibilidade de visualização do todo, de suas múltiplas facetas e a simplicidade quanto à aplicação dos procedimentos, desde a coleta até a análise de dados.

Outra metodologia utilizada foi abordagem pesquisa-ação, que uma das vantagens é possibilita que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social, analisando-a e anunciando seu objetivo de forma a mobilizar os participantes, construindo novos saberes. Caracteriza-se pela ampla interação entre pesquisadores e interlocutores.

A pesquisa-ação pode ser realizada em grupo, quando os participantes aprendem com as experiências uns dos outros; e também está ligada às mudanças de realidade, principalmente quando se trata de problemas coletivos. Portanto, o pesquisador deve estar envolvido na pesquisa, ter iniciativas e, principalmente, ser flexível, de forma a

reconhecer os riscos e as limitações aparentes; e conduzir as ações para um replanejamento, sempre que houver necessidade. Esta abordagem será bastante útil nesta pesquisa, por meio dela tenho como desígnio propor algumas transfigurações para melhorar o amplo acesso ao ensino superior na província de Luanda.

6. FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 Ensino Superior no âmbito nacional

O ensino superior em Angola não é recente. Segundo Liberato, em 1962, foram criados os Estudos Gerais Universitários (EGU), a partir do Decreto-Lei nº 44.530, de 21 de agosto de 1968, pela Administração Portuguesa. Os Estudos Gerais adquiriram estatuto de universidade e passaram a ser chamados de Universidade de Luanda, que posteriormente deu origem à Universidade de Angola (1976) e, em 1985, à Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro Presidente da República de Angola (LIBERATO, 2019). A partir desses dados, inferimos que foram os portugueses que implantaram o ensino superior em Angola.

O ensino superior em Angola tem a sua base na visão do colonizador português, já que a primeira e maior universidade do país, a Universidade Agostinho Neto (UAN), não veio a partir da visão do governo angolano. Os Estudos Gerais Universitários foram criados pelos próprios portugueses no país, fazendo com que o país herdasse o sistema de ensino do colonizador: “Angola herdou um sistema educativo seletivo que promovia as desigualdades sociais e raciais [...]” (LIBERATO, 2016, p. 88).

A independência em Angola revelou a verdadeira situação em que o país se encontrava. Com essa única universidade, pensou-se na formação de quadros suficientes que pudessem ajudar o país em diferentes âmbitos: “embora tiverem herdado uma universidade sem os quadros necessários e suficientes [...] assim como mais de 90% da população analfabeta” (TETA, 2013, p. 31). Contudo, a universidade herdada não tinha o verdadeiro interesse de formar a maior parte da população.

Ao olhar para o ensino superior em Angola, Liberato mostra que foram os portugueses que implantaram em 1962 esse tipo de oferta, mas, com a independência de Angola em 11 de novembro de 1975, constatou-se que 90% da população eram analfabetas (TETA, ano). Desde a implantação da primeira instituição de ensino superior até a independência, foram quase 13 anos, o que leva a questionar sobre o alto quantitativo de angolanos analfabetos. Inferimos que o ensino superior não era para qualquer pessoa ou classe social. Segundo Carvalho,

O acesso ao ensino superior destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social, podendo mesmo dizer-se que, nos primeiros anos de implantação em Angola, era difícil que alguém pertencente às camadas médias da hierarquia social tivesse acesso ao

ensino superior. O local de nascimento, o local de residência e a posição social determinavam claramente o acesso a este nível de ensino (CARVALHO, 2012, p. 2).

O ensino superior sempre privilegiou pessoas que pertenciam à classe considerada alta. Aqueles que pertenciam à classe considerada baixa, sempre tiveram dificuldade de acesso. Segundo a Revista Angonotícias (2006, p. 1), normalmente só os que têm conhecidos conseguem “furar”. Isso mostra que as pessoas que pertencem a essa classe, considerada superior, já têm sua vaga garantida, ou seja, têm um acesso facilitado.

Após a independência, verificou-se um crescimento do ensino superior em todo o país como o número de universidades, institutos e escolas superior públicas e privadas espalhadas pelo território angolano. De acordo com Carvalho, depois da UAN (1962), começou a surgir as universidades privadas, como A Universidade Católica de Angola (1992), Universidade Jean Piaget de Angola (2001), Universidade Lusíada de Angola (2002), Universidade Independente de Angola (2005). Em meados de 2007, surgiram a Universidade Privada de Angola, Universidade de Belas, Universidade Gregório Semedo, Universidade Metodista de Angola, Universidade Óscar Ribas, Universidade Técnica de Angola, Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais, e Instituto Superior Técnico de Angola e outros que surgiram depois das universidades públicas (2009).

Já em 2011 foi a vez do Instituto Superior Politécnico de Benguela, do Instituto Superior Politécnico do Cazenga, Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, Instituto Superior Politécnico de Humanidades Três Tecnologias, Instituto Superior Politécnico Independente, Instituto Superior Politécnico Kanganjo, Instituto Superior Politécnico Metropolitano, Instituto Superior Politécnico Pangeia, Instituto Superior Politécnico de Tecnologias, Instituto Superior Politécnico da Tundaval (CARVALHO, 2011).

As universidades, institutos e escolas superiores públicas surgiram em 2009¹. Apenas a Universidade Agostinho Neto surgiu em 1962.

¹ A Universidade Katyavala Bwila, Universidade 11 de Novembro, Universidade Lueji-A-Nkonde, Universidade José Eduardo dos Santos, Universidade Mandume ya Ndemofayo, Universidade Kimpa Vita, Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda, Instituto Superior de Ciências de Educação do Lubango, Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge, Instituto Superior Politécnico do Kwanza-Norte, Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Sul, Instituto Superior de Serviço Social de Luanda, Escola Superior Pedagógica do Bengo e Escola Superior Pedagógica do Bié 2009 (CARVALHO, 2011).

A Revista Angonotícias publicou em 2006 a informação de que o acesso sem dificuldade ao ensino superior acontece por intermédio de conhecidos que trabalham como funcionários desses locais de ensino, ou pelo fato de pertencerem à classe alta da sociedade angolana. Esse é um problema que não é de hoje, como Carvalho leva a pensar. Os Estudos Gerais Universitários já eram destinados àqueles que pertenciam à classe considerada superior. Então, o problema de 44 anos atrás, isto é, de 1962 a 2006, continua a perseguir o atual ensino superior.

A questão do acesso ao ensino superior não é um problema particular de Angola, mas também de quase todos os países do continente africano. Segundo Varela, o ensino superior africano tem crescido, embora o acesso ainda seja restrito. Vale ressaltar que esse acesso não está no mesmo nível em relação ao crescimento do número de matrículas do ensino primário e secundário. Em África, por exemplo, ainda são poucas as mulheres no ensino superior (VARELA, 2015).

Estamos a crescer, portanto, nas questões de construção ou estrutura, mas ainda não se tem um amplo acesso, ou seja, o acesso ao ensino superior ainda é um problema em relação ao ensino primário e secundário. As universidades não correspondem à demanda da população, mesmo tendo como lema após a independência a “universidade foi convertida em Universidade do Povo e em prol do Povo” (LIBERATO *apud* NASCIMENTO, 1978, p. 27).

Independentemente da condição que o país estava a viver, incluindo uma população de sete milhões de habitantes, com um PIB *per capita* de 2,34 USD, vivendo sob o domínio do colonizador português e lutando pela sua independência contra o colonizador (foram 493 anos de colonização, isto é, de 1482 a 1975), não faltaram pessoas que tivessem o desejo de fazer o ensino superior. Isso mostra que a população sempre procurou alcançar ensino superior, por exemplo, no ano de 1973/1974, Angola estava a lutar pela sua independência, mas já haviam cerca de 2.350 estudantes na UAN. (TETA, 2013).

Após a guerra civil (1975-2002) em Angola, notou-se uma grande necessidade da população em acessar a UAN. Havia o desejo e o pensamento da população em fazer um curso na universidade pública, que, independentemente do crescimento das pessoas que se inscreviam, eles não paravam de acreditar no sonho desse acesso: “de 2001/ 2002 para 2008: A procura anual pelos cursos ministrados na UAN variou de cerca de cinco mil

para Setenta mil e número de estudante inscritos num dado ano letivo cresceu de 9.129 para cerca de 54.000 estudantes”. (TETA, 2013, p. 32).

Embora a população sentisse essa necessidade ou tivesse vontade de acessar o ensino superior, vários problemas acometiam o ensino superior. Segundo Carvalho (2012), o ensino superior em Angola tem baixa qualidade por conta da péssima qualidade do ensino de base e médio. Propõe-se um modelo que é diferente da realidade do país, pois há a ausência, ignorância e falta de preocupação com a investigação científica, falta de editoras, carências de bibliotecas e laboratórios, má formação e falta de méritos dos docentes, costumes facilitadores, metodologia não adequada pelos docentes, corrupção e impedimento daqueles que buscam pela investigação científica (CARVALHO, 2012). Esses entraves fazem com que o ensino superior viva uma precariedade, causando dificuldade no acesso e má qualidade do ensino.

Como dito, esses entraves no ensino superior não são específicos de Angola, mas também são evidenciados em outros países do continente africano. O ensino superior em África ainda vivencia outros problemas, como: ensino com fraca qualidade, limitação da produção do conhecimento local, precariedade no funcionamento, baixas remunerações, fatores de desmotivação que agravam a fuga de cérebros e o poder político interessado em beneficiar um pequeno grupo (VARELA, 2015). O ensino superior em África ainda é doentio e sem qualidade.

Igualmente, os problemas do ensino superior em África geram consequências, como: superlotação de salas, fugas de cérebros, excesso de carga horária dos docentes, condições de trabalhos deficientes, rendimento insuficiente de programas de pós-graduação e de recrutamento de bacharéis em ciências sociais (VARELA, 2015). Essas consequências têm gerado precariedade no ensino e prejuízo à vida dos estudantes.

Os problemas levantados no ensino superior em África, particularmente Angola, resultam na estagnação do país, que não cresce nem no âmbito econômico, nem no político. No princípio da criação das universidades, o intuito era que o ensino superior formasse um quadro de profissionais para serem submetidos ao Partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e às tarefas do mesmo (LIBERATO *apud* NETO, 1979). Vê-se que o grande objetivo de formar um quadro de profissionais não era para servir o país, mas para submetê-los ao partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

O Estado tem que criar mecanismos para melhorar as condições do ensino superior conforme a política de Estado. Um desses mecanismos é a reformulação das diretrizes de desempenho destinadas às instituições de ensino superior, que devem promover e garantir uma educação de qualidade. O fracasso das reformas ocorre pela falta de colaboração. Para Liberato (2019), as sucessivas reformas não têm contado com a participação ativa dos professores, estudantes, sociedade civil, sindicatos e, sem diálogo aberto, qualquer projeto de reforma alimenta o círculo vicioso de insucessos e falhas já identificados.

Há uma grande necessidade de o Ministério do Ensino Superior criar políticas para que os cursos em cada província sejam ministrados de acordo com a realidade da província. Cada província apresenta recursos diferentes, por isso há essa grande necessidade de potencializar a província. “A revisão do sistema de educação que implementamos visa reorientar os cursos de acordo com as necessidades de desenvolvimento do país e das suas províncias e regiões” (FONGWA, s/a, p. 1). A educação deve ser pensada a partir da realidade de cada província do país.

O Estado tem procurado meios para alavancar o crescimento econômico e, por isso, tem criado programas destinados a esse fim. No entanto, não basta apenas criar programas, é preciso estruturá-los a partir de uma perspectiva integradora com o ensino superior. Segundo Fongwa (s/a), os desafios econômico e financeiro só serão ultrapassados se houver uma parceria entre o Estado e o ensino superior. Nesse desafio, é fundamental importância unir as instituições do ensino superior e os programas educacionais.

O Estado apresenta bons discursos, pois “a quantidade de riqueza e pobreza depende da qualidade da educação [...] universitária” (FONGWA *apud* ANGOLA PRESS, 2012, p.5). Contudo, a não realização desses discursos faz com que o país continue na situação econômica de dependência, impedindo a mudança do *status quo*, onde “mais de dois terços da população vivem abaixo do limiar de pobreza” (FONGWA, s/a, p. 3). Isso demonstra a preocupação do Estado com discursos, mas não com a sua execução. É preciso potencializar a educação para que a população saia dessa terrível situação.

O interesse de acesso ao ensino superior deve partir do próprio indivíduo, pois o “ensino superior é da responsabilidade de cada cidadão angolano e não apenas de alguns executivos” (FONGWA, s/a, p. 5). Portanto, é necessário que os executivos criem condições para que o cidadão se aproprie desse direito.

O Estado precisa se preocupar com a restrição de acesso às mulheres no ensino superior, que é bastante baixo, e com a dificuldade na investigação científica nacional. “O governo angolano tomou iniciativas políticas significativas não apenas para aumentar o acesso ao ensino superior por parte das mulheres como também para facilitar o acesso à investigação e desenvolvimento científicos” (FONGWA, s/a, p. 5).

Segundo Fongwa, (s/a) o vice-presidente apareceu em 2012 com o lema “Ensino superior: no caminho da qualidade do ensino e investigação a favor do desenvolvimento nacional” (FONGWA *apud* ANGOLA PRESS, 2012), mas os mesmos indivíduos que fazem esses discursos são os mesmos que não investem na educação. Varela (2015) afirma que os poderes políticos estão interessados em beneficiar-se e a um pequeno grupo. O que se precisa é de um forte e grande investimento para que se tenha um ensino superior de qualidade.

O Estado tem se preocupado com a precariedade e a má qualidade do ensino superior, por isso tem procurado criar políticas que minimizem os problemas educacionais, o que demonstra o reconhecimento das péssimas condições do ensino superior. Mendes (2014) destaca que o Estado criou políticas educativas que visam à melhoria da qualidade do ensino superior e que dão corpo e operacionalizam essa intenção. Uma dessas políticas viabilizou a criação do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES). O objetivo do INAAREES é colaborar para a melhoria no ensino superior e “promover e monitorar a qualidade das condições técnico-pedagógicas e científicas criadas e dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior [...]” (MENDES *apud* artigo 2º, Decreto Presidencial nº 172/13, de 29 de outubro).

Junto com o INAAREES foi desenvolvido o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ), responsável pela avaliação do trabalho com as instituições a partir de uma abordagem pedagógica. O primeiro momento dessa avaliação deveria ter sido realizado em 2014 (MENDES, 2014). Há um reconhecimento da precariedade do ensino superior e essas organizações buscam melhorar a qualidade desse ensino.

Em contrapartida, a PNFQ, que trabalha juntamente com o INAAREES, tem como foco identificar os pontos que precisam ser melhorados, porém o trabalho não tem tido avanço pelos vários entraves de, aproximadamente, 17 anos atrás. Segundo Mendes, em 2001, várias situações no ensino superior favoreceram a sua precariedade, como carência de

infraestruturas, equipamentos, meios técnicos de ensino e investigação, carência de pessoal docente. A Revista Notícias, em 2017, apontou a carência de equipamentos, meios técnicos de ensino e investigação. O Jornal de Angola, na terça, 03 de setembro 2019 às 20h57min, apontou também uma carência significativa do corpo docente. Vê-se uma má funcionalidade dessas organizações no que tange à resolução dos problemas, ou seja, as organizações não praticam seu objetivo, isso mostra a falta de comprometimento dessas organizações.

O ensino superior em Angola está a crescer. Na província de Luanda, encontramos várias universidades que, em um determinado tempo, não existiam. As universidades que estão concentradas apenas na província de Luanda são: Universidade independente de Angola, Universidade Gregório Semedo, Universidade Óscar Ribas, Universidade Metropolitana de Angola, Universidade de Belas, Universidade Católica de Angola, Universidade Metodista de Angola, Universidade Lusíada de Angola, Universidade Agostinho Neto, Universidade Privada de Angola, Universidade Técnica de Angola e Universidade Jean Piaget de Angola (NOGUEIRA, 2009). Há um grande crescimento das universidades, embora elas sejam, em sua maioria, privadas.

Embora o país esteja conhecendo um grande crescimento no número de universidades, os preços têm sido outro entrave para que a população da classe considerada baixa não consiga acessar um curso superior. Essa população recebe apenas o salário mínimo do país, que é de 33 mil Kwanzas (94,28 euros). Isso impossibilita o pagamento das propinas (250 usd); “[...] outros ainda têm a possibilidade de escolher entre ensino público ou privado [...]” (LIBERATO, 2016, p. 83). A escolha de estudar em uma universidade privada ou pública é daqueles que possuem condições financeiras.

A maior parte da população vive em extrema pobreza. Os altos preços da mensalidade fazem com que a população veja as universidades públicas como lugares para conseguir uma vaga. O estudante nas universidades privadas chega a pagar anualmente a média de 2.750usd em propinas. Por mês, esse estudante chega a pagar 250usd e, caso tenha taxas, o valor chega aos 300usd. Há situações em que a propina varia de 300usd a 350usd, e, anualmente, a média é de 3300usd a 3850usd.

O mínimo para se alcançar a licenciatura é, geralmente, cinco anos e, durante esse tempo, o total da despesa chega a ultrapassar os 13 mil usd. Somente a inscrição custa 50usd, a matrícula anual em média é de 250usd e a confirmação de matrícula é de 125usd. O maior

problema dessas universidades privadas é que os docentes não executam a sua profissão como atividade principal (NOGUEIRA, 2009). A população que pertence à classe considerada baixa não terá condições de entrar em uma universidade privada.

As vagas para os cursos das universidades privadas, muitas vezes, não são preenchidas devido à incapacidade financeira que os candidatos apresentam. Muitos jovens e adultos, quando recorrem ao ensino público, a corrupção, os exames de acesso, algumas políticas e as poucas vagas disponibilizadas impossibilitam o acesso. A população vive como se estivesse nos anos 1962, com os Estudos Gerais Universitários, quando quem estudava era os que pertenciam à camada superior: “O acesso ao ensino superior destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social [...]” (CARVALHO, 2012, p. 2). O Estado tem que criar políticas para que as inflações nas privadas sejam resolvidas.

Enquanto a população continua fora do ensino superior devido à questão financeira, a universidade pública é a única oportunidade para o alcance um título. Por isso, é fundamental disponibilizar mais vagas para que a maior parte da população tenha acesso. Desde a independência do país, o governo procura formar quadros suficientes e, para tanto, deve criar mecanismos para esse amplo acesso.

No ensino superior, “[...] temos primeiro de ter professores e alunos bem qualificados do ponto de vista de base científica” (NOGUEIRA, 2009, p. 5). Esse tipo de problema faz com que o país continue vivendo uma precariedade tanto na área econômica quanto na social. Conforme Nogueira (2009, p. 5), “[...] a maior parte dos países asiáticos, o que mais fazem é investir na qualificação dos seus quadros”. O investimento dos quadros faz com que haja desenvolvimento no país.

Angola tem investido no petróleo “[...] principal recurso e mercadoria da economia do país” (CANGA; BUZA, 2017, p. 5). Os países em desenvolvimentos investem no homem e isso marca uma grande diferença entre Angola e esses países. O investimento no petróleo e não em homens favorece a falta de desenvolvimento do Estado angolano. Logo, investir em universidade é o segredo para se conhecer um ritmo de desenvolvimento no país.

A China e outros países em desenvolvimento têm conhecido um forte ritmo no que tange ao desenvolvimento, já Angola não tem experimentado esses ritmos por não aplicar o

segredo ou a política que esses países têm aplicado: “[...] a principal matéria-prima não é o petróleo e os diamantes, mas sim o homem” (NOGUEIRA, 2009, p. 5).

Ainda que o país tenha conhecido um crescimento de universidades, ainda não há um amplo acesso e o número de universidades ainda não corresponde à demanda da população. Por isso, há a necessidade de construir mais universidades, até para subsidiar as questões econômicas: “O voluntarismo de criar as universidades para responderem positivamente às necessidades económicas dos Estados” (MANUEL, 2017, p. 4). As universidades têm a solução para os problemas económicos que as sociedades têm enfrentado.

Países desenvolvidos têm apostado grandemente em universidades. Em Angola, o governo pouco se interessa em apostar na universidade, mesmo sabendo que ela é a resposta às necessidades económicas do Estado (MANUEL, 2017). A universidade ainda continua sendo o caminho para viabilizar o crescimento económico, pois ela é “[...] uma espécie de braço armado para catapultar as economias [...]” (MANUEL, 2017, p. 7). A universidade é um meio para o crescimento económico.

Os problemas do ensino superior nos países africanos são semelhantes (VARELA, 2015). A universidade é considerada um investimento qualquer, por isso “os governos africanos teriam ancorado o seu crédito no ensino superior corporizado essencialmente pelas universidades, na “miragem” de que estas os ajudariam a transformar as suas economias e a melhorar a fortuna dos seus povos [...]” (MANUEL, 2017, p. 9). O problema de se ter uma economia precária e um povo vivendo em pobreza extrema é a falta de corporativismo do governo.

O país tem procurado melhorar a sua economia e erradicar a pobreza por intermédio de vários projetos. Muitos deles não estão conectados ao ensino superior. Pensar, então, em melhorar a economia é promover, primeiramente, um amplo acesso ao ensino superior, assim teremos quadros suficientes que darão resposta à economia. Esse foi o motivo pelo qual a China alavancou a sua economia: “[...] mais procuram na universidade, a solução imediata [...]” (MANUEL, 2017, p. 13). Se o governo não vê a universidade como resposta ao crescimento económico, o país continuará com uma economia precária e com uma população em extrema pobreza.

Angola tem mais de 28 milhões de habitantes, 18 universidades e 21 instituições de nível superior. A maior parte da população não tem condições de manter o pagamento de uma

universidade privada. Nesse caso, os jovens e adultos de baixa renda ficam impossibilitados de se formarem em uma universidade privada. Esse é um dos motivos pelos quais se pensa em um acesso ao ensino superior mais amplo e é a aposta que o governo deve fazer para resolver as dificuldades de acesso à educação pela população.

A carência de um bom planejamento para infraestrutura das instituições e universidades do ensino superior tem resultado em um ensino sem conforto. Segundo Canga e Buza (2017), o ensino superior continua em desconforto por conta das seguintes situações: falta de sala para o professor, inexistência de espaços para orientação de trabalhos de conclusão do curso, falta de laboratórios, grande déficit nas bibliotecas, salas de aulas e literaturas inadequadas, ventilação precária e falta de assistência médica em caso de urgência. É preciso oferecer uma boa infraestrutura para que situações precárias como essas sejam evitadas.

A falta da potencialização dos cursos tem levado o país a permanecer no mesmo problema econômico, político e social, tornando o país ainda mais dependente da economia do exterior.

Os cursos nas áreas das engenharias, indústrias e áreas puras de investigação [...] que visam resultados para a transformação de matéria-prima, fabricação de fármacos para as doenças específicas de determinadas regiões, criação de tecnologias para exploração da matéria-prima para reduzir os custos de importação [...] (CANGA; BUZA, 2017, p. 5).

É com grande urgência que se deve pensar na potencialidade dos cursos e satisfazer a necessidade de determinadas regiões que têm enfrentado problemas específicos, como a apropriação da matéria-prima que essa mesma região possui. Os países desenvolvidos sempre tiveram a preocupação na formação de quadros que contribuam com o ritmo de desenvolvimento e, nessa perspectiva, é importante investir em um ensino superior de qualidade. Assim, o país terá quadros bem qualificados que deem soluções para os problemas de diversos âmbitos.

[...] ficamos felizes porque a universidade pública ou privada licenciou quatro mil ou 10 mil alunos, o que é bom!, mas se estes licenciados não tiverem uma formação adequada, teremos maior dificuldade para dar resposta às exigências econômicas e sociais (NOGUEIRA, 2009, p. 5).

O importante não é simplesmente formar quadros, mas procurar a oferta de uma melhor formação desses quadros. Desse modo, as pessoas formadas terão a capacidade de responder a essas dificuldades que temos observado e vivenciado no país.

O Estado deve procurar com urgência deixar de beneficiar um pequeno grupo (VARELA, 2015) e ampliar a sua oferta educacional à toda população que esteja interessada em ter um título ou uma licenciatura para se colocar melhor no mercado de trabalho. É com grande urgência que os chefes de Estado têm que colocar os seus planos pessoais em outras instâncias e priorizar o Ensino superior.

A falta de um acesso amplo à educação no país tem gerado muitas consequências, inclusive a delinquência: “A juventude no nosso país recorre a delinquência e outras práticas perigosas quando fracassados os sonhos de alcançarem o título de doutores, hoje que só estuda quem tem condições financeiras favoráveis” (ADALBERTO, 2006, p. 1). A educação auxilia na extinção ou diminuição desses problemas, contudo, o número de casos dessa natureza continua crescendo, “[...] em 2011 foram registados 964 casos, em 2012 o número subiu para 969 e em 2013 foi de 991” (REDE ANGOLA, 2014, p. 1).

O ensino superior está crescendo. De 1962 até 1991, Angola só tinha uma única Universidade (CARVALHO, 2012), mas, embora o país tenha conhecido esse crescimento, ainda continua com uma infraestrutura que não suporta os vários estudantes. “Para o académico não basta criar universidades em todos os cantos do país. É importante que se criem cidades universitárias de facto com infraestruturas capazes de albergar tantos estudantes[...]” (VOA, 2017, p. 1). Com as cidades universitárias, teremos mais vagas, já que o quantitativo disponibilizado nas universidades públicas não corresponde à demanda da população.

Além de se construir mais estruturas que suportem vários estudantes, há a necessidade de se fazer uma reforma nos exames de acesso, de modo a “facilitar” a entrada de novos alunos. Os exames têm sido um grande entrave para o acesso aos cursos de nível superior. Mesmo com a precariedade do ensino médio, os exames dificultam sobremaneira o preenchimento das vagas. As universidades têm disponibilizado anualmente vagas que não correspondem à demanda da população, por isso a necessidade de se criar mecanismos que subsidiem esse acesso.

Nas últimas eleições realizadas no país em 2017, o atual presidente da república João Manuel Gonçalves Lourenço, no seu discurso de tomada de posse, disse que melhoraria o que estava bem e corrigiria o que estava mal. “O presidente eleito de Angola, João Lourenço, assumiu a vitória na quarta-feira, 6, e garantiu que vai formar um Governo para melhorar o que está bem e corrigir o que está mal” (VOA *apud* LOURENÇO, 2017,

p.1). No entanto, já se passaram dois anos e continuamos com as nossas universidades sem qualidade, os exames de acesso sem serem revistos, estudantes sem condições financeiras, estudantes com um ensino médio precário, sem qualquer garantia de aprovação em um curso público de nível superior. Como a maior parte da população não tem condições financeiras, como se pretende que os estudantes paguem propinas nas universidades públicas? Isso mostra que o presidente não está a corrigir o que está mal e a melhorar o que está bem.

Angola é conhecido como um dos países mais corruptos do mundo. “A investigação em índices de desenvolvimento humano alega que Angola é afetada por um elevado nível de corrupção” (FONGWA, s/a, p. 3). As universidades estão cheias de estudantes que se beneficiam da corrupção como meio facilitador para conseguir uma vaga: “[...] o sistema da gasosa aumenta assustadoramente” (ADALBERTO, 2006, p. 1). A prática da corrupção está a crescer e isso mostra que muitos estudantes dependem desse tipo de ação para conseguir uma vaga. É preciso combater essa prática para que todos consigam acessar o ensino superior sem nenhum meio “facilitador”.

Desde o começo da universidade (1962), nunca se teve um amplo acesso à educação superior, mas sempre tem se procurado formar quadros suficientes para dar resposta aos problemas econômicos e sociais que o país tem enfrentado.

6.2 A Universidade Agostinho Neto (UAN)

A Universidade Agostinho Neto (UAN) não é de hoje. De acordo com Liberato (2019), em 1962 foram criados os Estudos Gerais Universitários (EGU), a partir do Decreto-Lei 44.530, de 21 de agosto de 1962, por meio da Administração Portuguesa. Os Estudos Gerais adquiriram o estatuto de universidade passando a ser chamado de Universidade de Luanda, que posteriormente deu origem à Universidade de Angola (1976) e, em seguida, em 1985, à Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro Presidente da República Angola. Na época, a universidade tinha uma condição de autonomia, era composta por 77 docentes e a maioria dos estudantes era branco. Esses dados reforçavam o sistema de desigualdades sociais (LIBERATO, 2019). Além da UAN ser a primeira universidade pública, também foram os portugueses que a implantaram.

A Universidade Agostinho Neto foi a única universidade pública no país até 2009 (LIBERATO, 2019), mas, com a independência de Angola, grandes mudanças se tornaram perceptíveis. Segundo Liberato (2019), com a independência de Angola em 11

de novembro de 1975, houve alteração na política do ensino superior. Uma universidade do Povo e em prol do Povo tinha como objetivo formar quadros para submetê-los ao Partido. A independência foi o grande marco para que a universidade se tornasse um bem para o povo, independente da classe social. (LIBERATO, 2019).

A Universidade Agostinho Neto começou com um grande problema no que tange à formação de quadros. O país tinha alcançado recentemente a sua independência e, por isso, deveria criar políticas para formar quadros e dar solução aos problemas, e não submeter esses profissionais ao Partido. Os chineses, por exemplo, sempre buscaram formar quadros e, através desse investimento, permitiu um ritmo de desenvolvimento para o próprio país (NOGUEIRA, 2009). A UAN deveria procurar, desde a sua implantação, formar quadros para o crescimento e desenvolvimento do país.

Como a Universidade Agostinho Neto foi a primeira universidade pública do país, os professores eram portugueses. Após a independência, esses professores foram obrigados a abandonar o país e a população interessada em cursar o ensino superior teve que abandonar esse intento, já que o funcionamento da instituição se tornou impossível.

Desde o início que a Universidade Agostinho Neto se debateu com dificuldades de funcionamento, sobretudo no que respeita aos lugares vagos deixados pelos professores portugueses que saíram de Angola [...] E outras debilidades foram surgindo tais como o aumento galopante do número de alunos que a instituição não consegue suportar, a falta de instalações e de outras infraestruturas, bem como de material didático [...] (LIBERATO, 2016, p. 88).

Desde o começo da Universidade Agostinho Neta, muitos problemas já foram enfrentados. Os problemas de quase 44 anos têm sido constantes ao longo dos tempos.

Como a Universidade Agostinho Neto não tinha condição de absorver toda a população interessada em ter um curso superior, foi criada uma política de bolsa de estudo para o exterior, “[...] uma vez que o número de vagas escasseava por falta de espaço e de professores, levando a uma política de formação superior no exterior [...]” (LIBERATO, 2016, p. 89). A política de bolsa de estudo para o exterior surgiu pelo fato de não haver espaço que suportasse todos os estudantes.

De acordo com Carvalho (2012), Universidade Agostinho Neto, que se manteve até 2009, foi a única instituição pública do ensino superior no país. Nesse ano, a UAN foi repartida em sete universidades de âmbito regional, mantendo o seu funcionamento na província de Luanda e Bengo, enquanto as faculdades, institutos e escolas superiores migraram para

as demais províncias. Em 2009, a Universidade Agostinho Neto tinha 24.712 estudantes, em 2010 tinha 19.585 estudantes e em 2011 tinha 20.536 estudantes. A UAN foi a única instituição pública de ensino superior que registrou diminuição no número de estudantes no período de 2009-2011 (em 16,9%). Até hoje é a maior universidade pública de Angola (CARVALHO, 2012) e a mais procurada pela população.

Sendo a UAN a primeira universidade pública e uma das melhores do país, tem se verificado um número elevado da população que busca por uma vaga, mas, muitos deles, se deparam com vários entraves, maiores para uns e menores para outros. O jornal Angolense constatou que, para acessar algumas das faculdades da Universidade Agostinho Neto, os cursos estão avaliados entre 2500 e 4000 dólares. A Faculdade de Direito é a mais cara, rondando entre os 3500 a 4000 dólares (ADALBERTO, 2006). Os candidatos que possuem condições financeiras vão se apropriar da corrupção como fator facilitador para obterem uma vaga.

A universidade contribui para resolver problemas econômicos e sociais (MANUEL, 2017). Na UAN, no ano de 2014, foram disponibilizadas 4.733 vagas (NOVO JORNAL, 2013), em 2018 foram 4970 vagas (SAPO, 2018) e em 2019 foram 5.095 vagas (UAN, 2019). Entretanto, essas vagas ainda não correspondem à demanda da população, já que a maior parte da população está concentrada na província de Luanda, que possui 6.945.386 habitantes (INE, 2016).

Após a independência, o lema foi uma universidade do Povo e em prol do Povo, (LIBERATO, 2019). Esse lema deveria ser aplicado na UAN por ter sido a primeira universidade pública, mas, infelizmente, as vagas disponibilizadas para a população continuam a ser insuficientes. O país se tornou independente em 11 de novembro de 1975 e, desde então, Angola conta apenas com 5.497 estudantes de Licenciatura e 1.516 estudantes de Pós-Graduação (UAN, 2019), mesmo tendo capacidade para 40.000 estudantes na UAN. O acesso ao ensino superior ainda continua sendo restrito e isso mostra a falta de preocupação do governo em cumprir o lema.

“[...] A universidade deve gerar os quadros nacionais com uma nova mentalidade, capazes de funcionar como artífices de uma nova sociedade [...]” (UAN *apud* NETO, 1977, p. 1). A universidade contribui para a formação de uma nova sociedade e, por isso, a disponibilização de mais vagas é tão importante, o que favorece a especialização de mais pessoas com nova mentalidade.

Parece que até agora vivemos com essa política disfarçada, pela qual quem pertence à elite já tem a sua vaga, “mas o sistema também é restrito, pois normalmente só os que têm conhecidos conseguem “furar” (ADALBERTO, 2006, p. 1). Aqueles que têm condições financeiras também se beneficiam da corrupção para ter sua vaga, sem a necessidade de se submeter a um exame de seleção: “[...] para que tudo corra sem sobressaltos, é necessária uma boa ligação do funcionário “corrupto”, com o pessoal da secretaria que alegadamente introduzem os documentos dos que pagam como se tratassem de pessoas que tivessem aprovado no exame de aptidão” (ADALBERTO, 2006, p. 1).

Todo esse processo de pagar para conseguir uma vaga já começa no momento das inscrições, “pois depois do estudante ter feito as inscrições entra em contato com um funcionário da instituição que o ajuda a segurar a vaga, após a entrega dos documentos” (ADALBERTO, 2006, p. 1). As vagas já começam a diminuir a partir do momento em que um grupo começa a ter as suas vagas reservadas. As pessoas que não têm condições financeiras de pagar por uma vaga começam a ver a corrupção como um fator que vai lhe dificultar o acesso. Em outras palavras, as poucas vagas disponibilizadas têm sido um grande motivo para o aumento da corrupção na UAN.

Luanda possui apenas uma universidade pública e 9 (nove) privadas, mas população tem visto a UAN e o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (hoje autônoma) como as únicas soluções para conseguir ter um curso de nível superior. A maior parte da população vive na linha da pobreza. Muitos arriscam a vida para se inscrever no período noturno devido à pouca concorrência nesse turno, mas, ainda assim, são obrigados a pagar propinas. Aqueles que estudam no período da noite pagam 150usd de propina por mês (NOGUEIRA, 2009), isso mostra o quanto ainda continuamos com um acesso restrito.

O exame de acesso do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED) é composto por questões da disciplina que corresponde ao curso pretendido. Isso, de alguma maneira, tem facilitado os estudantes a se prepararem melhor e a conseguirem uma vaga. Por exemplo, o estudante que pretende fazer Psicologia só faz o exame de acesso ao curso de Psicologia e o de Química também só faz a prova de Química. Já na Universidade Agostinho Neto, os estudantes são obrigados a fazer o exame de acesso de várias disciplinas diferentes, por exemplo, os das Ciências Sociais são obrigados a fazer provas de língua portuguesa, francesa, inglesa ou africanas, matemática, história e cultura

geral (UAN, 2019). Tal fato faz com que os estudantes vejam o exame como um entrave para o acesso, devido à quantidade de conteúdo em relação ao ISCED.

Os estudantes começam a viver as dificuldades no momento em que têm contato com tópicos do exame de acesso. Por conta de um ensino médio precário, a aprovação comumente não é garantida. Logo, as vagas destinam-se àqueles que têm um ensino médio de qualidade, que tiveram condições financeiras de fazer um preparatório num centro para se preparar ao exame.

O Ministério da Educação conhece as dificuldades que os estudantes têm enfrentado para acessar a UAN, mas continua sem criar políticas públicas na área da educação. Isso mostra o quanto o governo não se preocupa com a educação da população e com a resolução dos entraves que jovens e adultos têm enfrentados todos os anos.

Muitos dos estudantes que fazem o curso de Ciências Sociais na UAN fizeram no seu ensino médio o curso de Ciência Econômica e Jurídica. Nesse curso, a partir da 12ª classe, os alunos deixam de ter aulas de matemática, o que dificulta o acesso a UAN. Esse aluno é obrigado a fazer o exame de acesso de matemática, mas como esse estudante irá responder ao exame se não teve aulas de matemática? Há uma grande preocupação em reformar esse exame de acesso.

A Universidade Agostinho Neto tem uma política direcionada para aqueles estudantes que têm pais como antigos combatentes (são aqueles que lutaram para independência de Angola (1975) e na guerra interna, sendo que Angola, após a independência, entrou em uma guerra interna que terminou em 2002). Esses estudantes entram na UAN com uma nota mínima em relação àqueles que não têm pais combatentes.

Contudo, se o objetivo é formar quadros, por que facilitar a entrada de uns e dificultar o acesso de outros? Se o lema é ter uma universidade do povo e em prol do povo, por que não se anular essa política? As vagas disponibilizadas já são poucas e as pessoas que se apropriam da corrupção já têm vagas reservadas, o que, de certa maneira, já é mais um entrave para outra camada da população.

Como se pretende ter quadros suficientes na província, se os estudantes que querem se formar encontram várias dificuldades no exame de acesso e, mesmo assim, ainda continuam com os mesmos padrões de exame de acesso. A reforma para esse exame é

urgente. Uma sugestão é seguir o mesmo padrão estabelecido pelo ISCED, o que favorece a aprovação no exame de acesso.

Como o presidente da república João Lourenço discursou na sua tomada de posse, é preciso “corrigir o que está mal e melhorar o que está bom”. Para tanto, é necessário corrigir o ensino médio, o exame de acesso, a política de estudantes com pais combatentes, as vagas disponibilizadas que não correspondem à demanda da população e a prática da corrupção que muitos estudantes têm se apropriado para conseguir sua vaga.

REFERÊNCIAS

- ADALBERTO, José. Angolanos querem mais qualidade no ensino superior. **DW**, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angolanos-querem-mais-qualidade-no-ensino-superior/a-41490238> Acesso em: 03 set. 2019.
- ANGONOTICIAS. **Acesso ao ensino superior cada vez mais difícil em Angola**, 15 fev. 2006. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/8206/acesso-ao-ensino-superior-cada-vez-mais-dificil-em-angola> Acesso em: 15 set. 2019.
- ANTÓNIO, Nogueira. Ensino superior: Uma indústria de ensino que gera milhões. **Expansão**, 31 jul. 2009.
- BOCCATO, Vera Regina Casari. “Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação”. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, p. 265-274. 2006.
- CANGA, Juliana; BUZA, Alfredo. Ensino superior em Angola: desencontros e clivagens no processo de redimensionamento. *In*: CONFERÊNCIA FORGES, 7., 2017, Maputo. **Anais [...]**. Maputo: Forges, 2017. p. 1-11.
- CARVALHO, Paulo. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. **Revista Angolana de Sociologia - RAS**, n. 9, p. 51-58, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ras.422> Acesso em: 10 set. 2019
- DITUTALA, Dulce. **Abandono Escolar no Ensino Superior**: Estudo de Caso do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola. 2015. 61f. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/10697> Acesso em: 03 set. 2019
- FONGWA, Samuel. **Chapitre 1: Angola**. s/a.
- GODOY, Arilda. “Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais”. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- LIBERATO, Ermelinda. A Importância da Formação Superior no Processo de Desenvolvimento em Angola. **Sinais**, n. 20, p. 82-98, 2016.
- LIBERATO, Ermelinda. Reformar a reforma: percurso do ensino superior em Angola. **Revista Transversos**, n. 15, p. 63-84, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/42034> Acesso em: 03 set. 2019.
- LIMA, Telma; MIOTO, Regina. “Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica”. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.
- MANUEL, Tuca. A Universidade como resposta ao crescimento económico – o caso angolano. *In*: CONFERÊNCIA FORGES, 4., 2014, Luanda. **Anais [...]**. Luanda: FORGES. p.1-17. 2017.
- MENDES, Maria da Conceição Barbosa. A avaliação institucional no Ensino Superior em Angola como mecanismo de gestão da qualidade: tendências e lógicas subjacentes. *In*: CONFERÊNCIA FORGES, 4., 2014, Luanda. **Anais [...]**. Luanda: FORGES, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORSOLINI, Alba V. P.; OLIVEIRA, Sheila F. P. **Estudo de caso como método de investigação qualitativa: uma abordagem bibliográfica**. Disponível em: http://pos.unifacef.com.br/_livros/Cultura_Desenv/Artigos/Alba_Sheila.pdf Acesso em 10 mar. 2021.

TETA, João. **Educação superior em Angola**. [S.l.: s.n.], 2013. p. 30-34.

VARELA, Bartolomeu. O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas. **Wordpress**, p. 1-30, 2015. Disponível em: https://bartvarela.files.wordpress.com/2015/10/ensino-superior-em-c3a1frica_out-2015.pdf Acesso em: 03 set. 2019.